



Linha do tempo do Estado de Bem-estar Social – produzida pelos autores

remissivos

Estado de Bem-estar Social

estudantes

/// locação social

/// unidade de vizinhança

/// urbanismo neoliberal

Daniel Lima Dib Amorim

Paulo Henrique de Sá Aciole

glossário de ideias recebidas

Glossários são listas de palavras com explicações chamadas *glosas*, desenvolvidos desde a Antiguidade Clássica e tornados populares a partir da Idade Média, empregados por estudiosos no trabalho de interpretação de textos, apoiando a explicação do sentido de palavras obscuras. Com o tempo os glossários tornaram-se autônomos, com diferentes formas de organização, servindo de apoio à explicação de termos específicos a determinado campo de conhecimento. § Como parte das atividades da disciplina Arquitetura e Urbanismo da Atualidade, solicitou-se aos estudantes a criação de um Glossário como forma de intervenção crítica sobre a produção contemporânea, dada a grande variedade de seus conceitos e a velocidade com a qual eles são apropriados, criticados, esquecidos e supostamente redescobertos. § Busca-se produzir um inventário das ideias em trânsito na produção atual, aproximando-se ainda do conhecido “Dicionário das Ideias Feitas” (*Dictionnaire des Idées Reçues*) de Gustave Flaubert, em que o escritor reuniu e comentou, com perspicácia e muito sarcasmo, um conjunto de jargões, lugares-comuns e ideias socialmente aceitas em seu tempo. § Entende-se que o reconhecimento dos clichês da produção atual pode servir não apenas para estabelecer um juízo crítico como também para promover sua desestabilização e apontar caminhos para novas práticas e alternativas.

atualidades-fauunb.org/glossario

Pode-se dizer que desde a Revolução Científico-Tecnológica até os anos 70, a tendência histórica foi que os Estados nacionais controlassem a economia e as grandes corporações, impondo-lhes um sistema de taxaço pela qual transferiam parte dos seus lucros para setores carentes da sociedade, organizando assim uma redistribuição de recursos na forma de serviços de saúde, educação, moradia, infraestrutura, seguro social, lazer e cultura, o que caracterizou a fórmula mais equilibrada de prática democrática, chamada **“Estado de bem-estar social”**. [...]

Estado de Bem-estar Social

Os primeiros registros de aplicação do conceito de Estado de Bem-estar Social (muitas vezes usa-se a expressão em inglês, *Welfare State*) ou Estado-Providência, em sua acepção moderna, remetem ainda ao final do século XIX. Como experiências iniciais, costuma-se apontar o conjunto de políticas sociais instituídas em 1880 por Otto von Bismarck – seguro doença, proteção contra acidentes de trabalho e pensões por velhice ou invalidez – que introduziram o controle estatal sobre a economia alemã como forma de assegurar o amparo à classe operária, temendo sua possível rebelião. Tal exemplo foi logo implementado por outros países, como Áustria e Hungria (NOGUEIRA, 2001). Em paralelo, apresentaram-se as contribuições teóricas do economista britânico John Maynard Keynes. Com a publicação de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, em 1936, Keynes defendia a intervenção estatal na economia, regulando os salários e os direitos dos trabalhadores, além de atuar na cobrança de impostos, que seriam revertidos em bens e serviços oferecidos gratuitamente à população. Este modelo serviu de base, posteriormente, para o conjunto de reformas empreendidas pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, implantadas após a crise de 1929, conhecidas como *New Deal* (1933-1937).

Conforme Nogueira (2001), a emergência destas políticas sociais esteve fortemente ligada ao estabelecimento de uma economia mercantil capitalista, que se configurava a partir da Revolução Industrial. O acúmulo de capital pelos donos dos meios de produção, associado aos baixos salários e às precárias condições de trabalho aos quais eram submetidas a população trabalhadora conduziu a um cenário nefasto de desigualdades sociais. Sem o apoio do Estado, a classe trabalhadora via-se incapaz de custear o acesso aos principais bens e serviços, necessários à garantia de uma vida digna. Assim, o Estado de Bem-estar Social nasce como uma estrutura de gestão político-administrativa na qual, através de um sistema de impostos recolhidos sob o montante de lucros das atividades comerciais de empresas e corporações, o Estado Nacional assume o papel de agente da promoção social, intervindo na economia a fim de redistribuir equitativamente bens e recursos, na forma de serviços e equipamentos destinados à saúde, educação, moradia, infraestrutura, lazer, cultura e geração de emprego e renda (SEVCENKO, 2001).

Esta política de gestão pública é entendida como uma extensão da proteção social contra a lógica de mercado, de modo que o acesso às necessidades básicas possa ser oferecido gratuitamente aos cidadãos. O Estado de Bem-estar Social se apresentou como alternativa a políticas que prolongavam a manutenção das desigualdades. Agindo diretamente na regulação dos indicadores sociais, buscou-se fornecer condições que elevassem grande parte da população de sua situação de pobreza, miséria e violência. Nessa condição, os atributos do poder público ultrapassam a garantia da defesa e da ordem para alcançar o bem-estar dos indivíduos no território, conquistado a partir da adoção de políticas sociais. Ao assumir tal responsabilidade, o Estado nacional estabelece, inaugura e dá pleno cumprimento a uma série de direitos civis, relativos não apenas ao mercado de trabalho – com a definição de salários, indenizações, seguros e outras formas de proteção – mas também pela valorização das dimensões humana e social dos cidadãos – com o direito à saúde, educação, moradia e liberdade de expressão (NOGUEIRA, 2001).

Conforme Bonduki (1994), apesar de seu caráter assistencialista, as medidas implementadas pelos Estados de Bem-estar representavam não apenas uma preocupação social, mas também manobras políticas para obtenção de apoio das grandes massas populares – cada vez mais engajadas pelos feitos políticos – buscando ressaltar a imagem de personalidades conhecidas, como é o caso de Getúlio Vargas no Brasil. O intervencionismo estatal na economia, sob a forma de impostos recolhidos, tornou-se indispensável na obtenção do excedente financeiro, necessário à negociação e contratação de bens e serviços posteriormente direcionados à população.

Ao final do século XX, no contexto da globalização, empresas e corporações, em especial as multinacionais, adquiriram grande poder de ação e mobilidade, podendo transferir suas sedes rapidamente e conforme seus interesses ao redor do globo (SEVCENKO, 2001). Dependente dos recursos financeiros, Estado e sociedade acabam reféns do novo sistema de organização dos negócios. Assim a permanência das filiais passou a se constituir como garantia da estabilidade da qual tanto precisavam, enquanto sua evasão representou a incapacidade de atender as demandas sociais. As despesas nacionais com áreas de bem-estar social passaram a somar altos gastos relativos do Produto Interno Bruto. Associado ao fenômeno de evasão das empresas em meados do século XX, grandes potências abandonaram, progressivamente, a gestão político-administrativa do *Welfare State*, substituindo-a por uma nova estratégia alternativa de organização das políticas públicas, o chamado neoliberalismo econômico.

referências

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-estar social: origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p. 89-103, jul./dez. 2001. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5738>> Acesso em: 21 mai. 2021.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41011028?seq=1>> Acesso em: 21 mai. 2021.